

RESOLUÇÃO ARPE Nº 149 DE 06 DE SETEMBRO DE 2019.

DISCIPLINA A CONCESSÃO E O PAGAMENTO DE DIÁRIAS PARA OS SERVIDORES DA AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - ARPE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - ARPE, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 12.524 de 30 de dezembro de 2003 e no Decreto nº 30.200 de 09 de fevereiro de 2007;

CONSIDERANDO que nos termos da Lei Estadual nº 12.524 de 30 de dezembro de 2003 a ARPE é autarquia especial dotada de autonomia financeira, orçamentária, funcional e administrativa.

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a concessão de diárias para os servidores em viagens a serviço da agência.

RESOLVE:

Art. 1º. A concessão e o pagamento de diárias aos servidores e empregados da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco - ARPE, serão efetuados nos termos desta Resolução.:

Art. 2º. Ao servidor ou empregado que se deslocar de sua sede de trabalho em objeto de serviço ou missão oficial, inclusive treinamentos, congressos, seminários e eventos similares, de interesse do Estado, serão concedidas diárias correspondentes ao período de ausência, a

título de indenização das despesas com pousada e alimentação.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se, também, aos servidores e empregados que se afastarem de sua sede de trabalho para depor em processo administrativo.

Art. 3º As diárias serão pagas de acordo com a Tabela Única de Diárias para o Território Nacional, constante do Anexo Único, desta Resolução.

Parágrafo único. Os valores das diárias serão atualizados, quando necessário, por Resolução da Diretoria Colegiada da ARPE, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou por outro critério que melhor se ajuste às necessidades do Estado, a juízo da referida autoridade.

Art. 4º As diárias serão concedidas nas seguintes modalidades.

I - integral, quando o deslocamento exigir o pernoite e as refeições do dia;

II - parcial, nas seguintes hipóteses:

a) quando o afastamento não exigir pernoite;

b) no dia de retorno à sede de trabalho;

c) quando for fornecido alojamento, sem refeições, por terceiros, pessoa de direito público ou privado.

Art. 5º Não serão concedidas diárias:

I - quando as despesas de alimentação e pousada forem custeadas por terceiros, pessoa jurídica de direito público ou privado;

II - quando as taxas de inscrição em curso, congresso, seminário ou evento similar incluírem a cobertura das despesas de alimentação e pousada do participante;

Art. 6º Para efeito desta Resolução, entendem-se por despesas de alimentação o almoço e o

jantar, sendo o café da manhã integrante do pernoite.

Art. 7º As diárias serão pagas antecipadamente, de uma só vez, salvo nos casos de emergência devidamente justificada pela autoridade solicitante, em que poderão ser processadas durante o afastamento.

Parágrafo único. Fica vedado, a qualquer título, o pagamento de diárias por meio da Folha de Pagamento.

Art. 8º Quando o período de afastamento se estender até o exercício seguinte, a despesa com as diárias recairá no exercício em que se iniciou.

Art. 9. As solicitações de diárias, prevendo o afastamento a partir de sexta-feira, bem como as que incluam sábados, domingos e feriados, serão expressamente justificadas pela autoridade solicitante.

Art. 10. Na hipótese de o servidor ou empregado, que houver recebido diárias, não se afastar de sua sede, por qualquer motivo, ou quando o quantitativo das diárias concedidas for superior ao das efetivamente utilizadas, o servidor ou empregado procederá, conforme o caso, ao recolhimento do valor recebido ou do saldo, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data prevista para o início da viagem ou da data do retorno.

Parágrafo único. O servidor ou empregado que descumprir os prazos estabelecidos neste artigo, será obrigado a restituir a importância devida, em parcela única, corrigida pelo IPCA ou por outro indexador que venha a ser legalmente adotado, acrescida de multa de 10% (dez por cento), independentemente de punição disciplinar e das demais sanções cabíveis.

Art. 11. Sempre que o número de diárias concedidas for inferior ao quantitativo de dias de viagem, o servidor ou empregado terá direito à sua complementação, adotando-se os mesmos procedimentos previstos para a concessão.

Art. 12. Dependerão de expressa autorização da Diretoria Colegiada da ARPE, os deslocamentos:

a) para fora do País, em qualquer hipótese;

b) para fora do Estado, no âmbito do País, por período superior a 15 (quinze) dias.

Art. 13. As despesas com os deslocamentos não autorizados correrão à conta de quem lhes der causa.

Art. 14. A concessão de diárias em desacordo com o disposto neste Decreto constitui falta grave, ficando o concedente sujeito às punições previstas na legislação em vigor.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário.

Recife, 09 de setembro de 2019.

SEVERINO OTÁVIO RAPÔSO MONTEIRO
Diretor-Presidente

JULIANA DIAS MEDICIS
Diretora Técnico-Operacional

CARLOS PORTO DE BARROS FILHO
Diretor Administrativo Financeiro

FREDERICO ARTHUR MARANHÃO TAVARES DE LIMA
Diretor de Regulação Econômico-Financeira

ANEXO ÚNICO

TABELA ÚNICA DE DIÁRIAS PARA O TERRITÓRIO NACIONAL

BENEFICIÁRIOS	MODALIDADE DE DIARIAS	LOCAL DE DESTINO				
		GRUPO I			GRUPO II	GRUPO III
		BRASILIA E MANAUS	SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, BELO HORIZONTE, PORTO ALEGRE, BELÉM, FORTALEZA E SALVADOR	CAPITAIS BRASILEIRAS	INTERIOR DOS ESTADOS BRASILEIROS EXCETO PE, SE, AL, PE E RN	INTERIOR DE PE, SE, AL ,PB E RN E JUAZEIRO-BA
1) Diretores(as) e Ouvidor(a)	INTEGRAL	R\$ 398,20	R\$ 376,88	R\$ 355,54	R\$ 284,42	R\$ 160,87
	PARCIAL	R\$ 119,46	R\$ 113,06	R\$ 106,66	R\$ 85,32	R\$ 48,24
2) Demais servidores	INTEGRAL	R\$ 294,08	R\$ 278,32	R\$ 262,56	R\$ 210,05	R\$ 90,53
	PARCIAL	R\$ 88,24	R\$ 83,51	R\$ 78,78	R\$ 63,03	R\$ 29,37